

**ENAN
PUR 2023**
Belém 22 a 26 de maio



A EXPERIÊNCIA DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM ATHIS EM RIO BRANCO DO SUL: DESAFIOS E POTENCIALIDADES

Aline Sanches

Universidade de São Paulo

Simone Aparecida Polli

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Daniela dos Passos Cavallari

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Anderson Proença

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Carolina Gama

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Sessão Temática 09: ATHIS e Extensão Universitária em PUR: relatos de experiência

Resumo. O artigo tem o objetivo de relatar a experiência ocorrida na extensão Projeto de Melhorias Habitacionais e Assistência Técnica (PROJ-HAB) no município de Rio Branco do Sul/PR, a fim de analisar os desafios e potencialidades de sua implantação. A extensão universitária em assentamentos precários é uma prática que permite a aproximação da universidade com a vida das pessoas, possuindo o propósito de discutir a ATHIS em municípios pequenos que possuem camadas sobrepostas de precariedade e, ainda, de trabalhar o caráter da indissociabilidade entre a pesquisa, ensino e extensão. O artigo aponta as potencialidades relacionadas à relação entre prefeituras e universidade quando há alinhamento de professores, alunos e técnicos municipais e oportunidades de novas parcerias entre as instituições. Aponta também os desafios desta experiência diante da curricularização proposta pelo MEC, o reconhecimento da extensão como função integrada ao currículo, a falta de editais e investimentos destinados à extensão, os tempos de trabalho diferentes entre universidade, prefeitura e comunidades, bem como a emergência do atendimento habitacional frente à precariedade habitacional.

Palavras-chave. Extensão universitária; ATHIS; assentamentos precários; Rio Branco do Sul.

The experience of university extension in ATHIS in Rio Branco do Sul: challenges and potentialities

Abstract. This paper aims to report and analyze the experience that took place in the extension Project for Housing Improvements and Technical Assistance (PROJ-HAB) in the municipality of Rio Branco do Sul/PR, in order to analyze the challenges and potentialities of its implementation. University extension in precarious housing settlements is a practice that allows the university to approach people's lives, with the purpose of discussing ATHIS in small municipalities characterized by urban precariousness and, also, of working on the character of the inseparability between research, teaching and extension. The paper points out the potentialities related to the association between municipalities and universities when there is alignment of professors, students and municipal technicians and opportunities for new partnerships between institutions. It also points out the challenges of this experience in the face of the curricularization proposed by the MEC, the recognition of extension as an integrated function to the curriculum, the lack of public notices and investments destined to extension, the different working paces between university, city hall and communities, as well as the emergence of the housing assistance in the face of housing precariousness.

Keywords: University extension; ATHIS; precarious settlements; Rio Branco do Sul.

La experiencia de extensión universitaria en ATHIS en Rio Branco do Sul: retos y

perspectivas

Resumen. El artículo tiene como objetivo relatar la experiencia ocurrida en el Proyecto de Mejoramientos de Viviendas y Asistencia Técnica (PROJ-HAB) en el municipio de Rio Branco do Sul, Paraná, con el objetivo de analizar los desafíos y potencialidades de su ejecución. La extensión universitaria en asentamientos precarios es una práctica que permite a la universidad acercarse a la vida de las personas, con el propósito de discutir ATHIS en pequeños municipios, que a su vez tienen capas superpuestas de precariedad y, también, de trabajar el carácter de la inseparabilidad entre investigación, docencia y extensión. El artículo apunta las potencialidades relacionadas con la relación entre alcaldías y universidad cuando hay alineamiento de profesores, estudiantes y técnicos municipales y oportunidades para nuevas alianzas entre las instituciones. También señala los desafíos de esta experiencia ante la curricularización propuesta por el MEC, el reconocimiento de la extensión como una función integrada al currículo universitario, la falta de convocatorias e inversiones públicas destinadas a la extensión, los diferentes tiempos de trabajo entre universidad, alcaldías y comunidades, así como el surgimiento del auxilio habitacional ante la precariedad habitacional.

Palabras clave: Extensión universitaria; ATHIS; asentamientos precarios; Rio Branco do Sul

1. Introdução

As atividades de extensão universitária constituem-se atualmente como uma das formas de associar a prática acadêmica com a vida cotidiana por meio da troca de conhecimentos entre a universidade e os diversos segmentos da sociedade. É uma atividade interdisciplinar integrada à matriz curricular dos cursos de graduação com a finalidade de promover a interação transformadora entre universidades e a sociedade — definido pela Resolução MEC/CNE N° 7/2018.

Soares (2011) defende que a universidade deve priorizar os setores mais vulneráveis da sociedade se tratando da ciência, tecnologia e inovação (CT&I), priorizando uma produção de conhecimento que transversalmente ultrapasse a sala de aula e promova um intercâmbio de saberes entre os diversos atores sociais. As práticas extensionistas, neste aspecto, tem o desafio de superar as ações pontuais e passageiras, em prol de construir projetos e programas contínuos que consigam de fato construir um horizonte de transformação. Para abordar este aspecto, se faz necessário um incentivo contínuo do Estado, além do interesse ativo da sociedade e da universidade.

Em 2003, foi criado o Programa de Extensão Universitária (ProExt) que tinha como objetivo “[...] apoiar as instituições públicas de ensino superior no desenvolvimento de programas ou projetos de extensão que contribuam para a implementação de políticas públicas” (MEC, 2022, on line) com ênfase na inclusão social. Com estes editais, a extensão Universitária ganhou mais fôlego a partir de novos recursos e concepções.

Para tanto, os editais de extensão universitária a nível federal são um importante instrumento para consolidar esse papel da Universidade Pública. Tendo este horizonte, o ProExt foi ampliado em 2009 (INCROCCI; ANDRADE, 2018), e passou a ser um edital interministerial, firmando parceria entre vários ministérios, entre eles o Ministério da Cultura (MinC), resultando no aumento de recursos para as ações de extensão e na ampliação para 20 áreas temáticas do conhecimento. Com os editais do ProExt a extensão universitária fortaleceu ações no sentido da interdisciplinaridade e da indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão.

Entretanto, desde 2016 não houve novos editais do ProExt, em um contexto de evidente mudança de rumos por parte do Ministério da Educação (MEC) (ARRUDA, 2018). Em contraponto à diminuição de recursos para este fim, o ministério estabeleceu em 2018 que a prática extensionista representasse 10% do currículo dos cursos de graduação universitária (Resolução MEC/CNE N° 7/2018). Por um lado, esta nova disposição tem o potencial de fomentar novos incentivos à prática extensionista, ao garantir que as universidades trabalhem com a extensão e organizem seu calendário considerando estas atividades.

Porém, ao não estabelecer condições de infraestrutura, organização e recursos materiais e humanos para esta disposição, a extensão pode se tornar superficial, e não garante a efetividade dos objetivos do MEC. Isso implica diretamente na forma como os estudantes e professores trabalham, sem orçamento ou equipamentos básicos para o projeto. Por vezes, se torna uma ação pontual, sem a finalidade da transformação ou aproximação com o interesse social, e ainda, com o risco de se tornar uma atividade mercantilista (SOARES, 2011).

Deste modo, se faz imprescindível o envolvimento da extensão com políticas públicas, como no acompanhamento, formulação, articulação de atores e avaliação (SOARES, 2011). Neste artigo, é feita a análise da prática de extensão ocorrida por meio da parceria entre a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e a Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul, no trabalho de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS).

Esta parceria iniciou-se em maio de 2022, e ainda está em andamento. O objetivo é colaborar com a equipe técnica municipal do Departamento de Habitação (DEHAB), e ainda, discutir como um município de pequeno porte pode construir uma política de ATHIS mais efetiva no território. Numa primeira etapa, o grupo extensionista realizou projetos de melhorias habitacionais e sanitárias com seis famílias, e posteriormente, o projeto para utilização do benefício “Kit Moradia”, instituído por lei municipal. Neste período, a extensão trabalhou com os prazos enxutos impostos pelo financiamento externo, focando no projeto arquitetônico, sem perder o horizonte mais amplo da discussão de ATHIS.

Questiona-se como a extensão pode ser um instrumento de produção, troca e aplicação de conhecimento nos assentamentos precários, de modo que melhore condições urbanísticas, de habitabilidade e socioambientais do local e das cidades. Deste modo, o artigo tem como objetivo relatar a experiência realizada entre a UTFPR e a Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul no Projeto de Melhorias Habitacionais e Assistência Técnica (PROJ-HAB), a fim de analisar os desafios e potencialidades.

2. A estruturação da Política Habitacional em Rio Branco do Sul

2.1 As camadas de precariedade em Rio Branco do Sul

O município de Rio Branco do Sul, integrante da Região Metropolitana de Curitiba (RMC), está localizado há cerca de 30 quilômetros de Curitiba. Mais especificamente, o município integra o Núcleo Urbano Central (NUC) da RMC, um território de planejamento composto por quatorze municípios¹, pois formam uma mancha urbanizada contínua, ao redor da capital, que concentra com maior intensidade a dinâmica regional da RMC (COMEC, 2006). Além disso, o município, em conjunto com Adrianópolis, Bocaiúva do Sul, Cerro Azul, Doutor Ulysses, Itaperuçu, e Tunas do Paraná, no Estado do Paraná, e outros municípios no Estado de São Paulo, compõe o Vale do Ribeira, um conjunto de municípios rurais que se caracterizam por apresentar baixos Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) (LEAL, 2011). A Figura 01 demonstra a inserção regional de Rio Branco do Sul.

¹ Almirante Tamandaré, Araucária, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Curitiba, Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Rio Branco do Sul e São José dos Pinhais, instituído pela Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC, 2006).

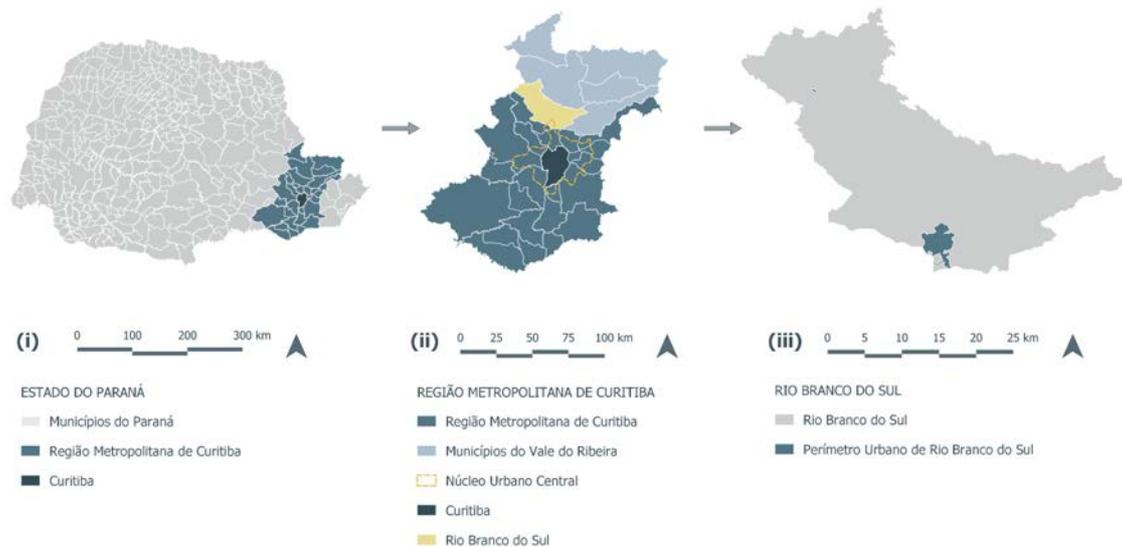


Figura 01. (i) Localização de Curitiba e da RMC no Paraná, (ii) Localização de Rio Branco do Sul no Vale do Ribeira, na RMC e no NUC e (iii) Perímetro Urbano de Rio Branco do Sul. (fonte: elaborada pelos autores, com base em IBGE (2021)).

A porção do Vale do Ribeira pertencente ao Estado do Paraná, ainda que integrada à RMC, destaca-se por possuir inúmeros problemas sociais e econômicos a serem superados (LEAL, 2011). Devido a essas características, ao longo dos anos a região foi escolhida como uma das áreas para a intervenção de diversos programas centrados no desenvolvimento dos territórios rurais.

Rio Branco do Sul possui uma área de 812,288 km² (IBGE, 2021) e apesar da grande extensão territorial, conta com cerca de 1% de área urbanizada (7,74 km²) (IBGE, 2019). O município pode ser classificado como de pequeno porte, com apenas 32.635 habitantes segundo projeções do IBGE em 2021 (IBGE, 2021), possuindo uma densidade demográfica de 39,81 hab/km² (IPARDES, 2022) e um grau de urbanização de 71,9%, abaixo das médias da RMC (91,7%) e do Estado do Paraná (85,3%) (IBGE, 2010).

O município apresenta um Produto Interno Bruto (PIB) per capita de R\$ 31.199, abaixo da média da RMC e do Paraná, que possuem respectivamente o PIB per capita de R\$ 44.785 e R\$ 42.367 (IBGE, 2020). Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) é de 0,679 (PNUD, 2010), enquanto o Índice de Gini da Renda Domiciliar Per Capita é de 0,4759 (IBGE, 2010), ambos abaixo da média estadual. Somado a isso, a renda média domiciliar per capita do município é de R\$ 539,02 e o percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até meio salário mínimo é de 36,9%² (IBGE, 2010), evidenciando uma má distribuição de renda no município e os riscos sociais provenientes da mesma.

Não alheio à esse cenário, no ano de 2021 mais da metade dos habitantes de Rio Branco do Sul estavam inscritos no Cadastro Único, mais especificamente 6.148 famílias, totalizando 17.029 pessoas (RIO BRANCO DO SUL, 2022). Dessas, 5.575 pessoas estão em situação de extrema pobreza (renda mensal per capita abaixo de R\$ 105) e 3.815 em situação de pobreza (renda mensal per capita abaixo de R\$ 210) (RIO BRANCO DO SUL, 2022). Além disso, não há rede de esgotamento sanitário no Município inteiro, e 4.060 famílias relataram no CadÚnico que possuem inadequações de esgotamento sanitário, onde 189 declararam não possuir banheiro na área urbana e 154 na área rural (RIO BRANCO DO SUL, 2022).

Nesse contexto, vale destacar que apesar da ínfima proporção de área urbanizada no município, essa se caracteriza por sua heterogeneidade, com locais de fragilidades ambientais. A presença

² O valor de referência, salário mínimo de 2010, é de R\$ 510,00.

do Aquífero Karst, uma das Áreas de Interesse de Mananciais de Abastecimento Público para a RMC, apresenta restrições de ocupação devido às fragilidades geotécnicas, podendo ocorrer colapsos de solos, subsidências de terrenos, recalques de fundações e contaminações das águas subterrâneas, o que demanda uma grande fiscalização do uso e ocupação do solo.

Ressalta-se ainda, que o desenvolvimento urbano de Rio Branco do Sul está historicamente atrelado à atividade de extração mineral, especialmente pela implantação de uma grande planta extrativa da Votorantim Cimentos na década de 1950, contribuindo para que o município se tornasse um importante pólo cimenteiro das Américas³.

Este caráter de município voltado à indústria da extração, influenciou diretamente no crescimento populacional do município. Esta taxa atingiu o seu auge no período entre as décadas de 1970 e 1990, crescendo em um ritmo constante e passando de 5.026 habitantes em área urbana em 1970 para 14.423 em 1980 (quase triplicou) e 23.714 em 1991. Segundo Fayad (2018, p. 110) este período foi profundamente marcado “(...) pela implantação das empresas de extração de minérios, além da significativa expansão da fábrica da Votorantim Cimentos, que instalou dois novos fornos de clínquer”. A partir da década de 2000, devido à emancipação de Itaperuçu do município de Rio Branco do Sul, à sua inserção na dinâmica metropolitana, e às transformações na sua estrutura produtiva industrial, houve uma queda na população urbana da cidade, que no último censo demográfico de 2010 era de 21.828.

Até 1970, não existia uma política de regulação do solo urbano do município, uma vez que o número da população vivendo na área urbana não era significativo e imperavam questões como a informalidade de títulos e a ausência de informações cadastrais. Apenas em 1990 foi promulgada a primeira lei sobre as competências municipais de organização do território, repetindo termos da Constituição Federal de 1988.

Na sequência, em 1997, a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC) elaborou o Plano de Uso e Ocupação do Solo para Rio Branco do Sul, cujo objetivo era reavaliar a legislação vigente e orientar o crescimento urbano ordenado. Entretanto, Fayad (2018) avalia que a gestão do município não colocou o plano em prática, como é visto ao analisar o número de parcelamentos informais, uma vez que não foi utilizado como parâmetro para aprovação dos mesmos. Este panorama seguiu na década seguinte, pois, apesar de haver revisão nas diretrizes para o desenvolvimento urbano para Rio Branco do Sul, não houve alteração da Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano (FAYAD, 2018).

Na elaboração do Plano Diretor Municipal de 2011, foram identificados 78 loteamentos na área urbana, mas apenas um foi considerado legalmente regular, com anuência da COMEC, e os demais foram considerados irregulares, sem a devida documentação do processo de aprovação e sem qualquer fiscalização da prefeitura municipal. Já em estudos de 2018, Fayad (2018) identificou 102 loteamentos, sendo que 55 destes são clandestinos, sem qualquer aprovação ou tramitação na prefeitura, e 47 aprovados pela prefeitura. Destes aprovados, apenas 13 foram registrados em Cartório de Registro de Imóveis, e apenas 1 foi aprovado pela COMEC.

Diante deste contexto, após um mapeamento realizado pelo DEHAB, foram identificadas cerca de 4.100 domicílios que estão inseridos em assentamentos precários (RIO BRANCO DO SUL, 2022), comprometendo o desenvolvimento urbano equilibrado e sustentável do Município.

O município esteve durante muito tempo marcado por um cenário de ausência de políticas públicas de habitação e de não implementação das políticas de regulação do solo urbano (FAYAD, 2018). Na questão da moradia, muitas vezes a única possibilidade de habitação possível era a partir da doação de materiais de construção por políticos locais. E, neste contexto, o elevado déficit

³ Ao analisarmos os empregos gerados pelos setores da economia em Rio Branco do Sul, nota-se a grande influência da indústria de transformação, responsável por gerar a maior parcela dos empregos no município (31%), totalizando 1.710 empregos, dos quais mais da metade (51%) são referentes à produtos minerais não metálicos, como o cimento (IPARDES, 2022).

habitacional servia como possibilidades de manobra política, já que as necessidades de habitação eram alvos apenas de ações pontuais, sem nenhuma ligação com o planejamento urbano, e criava na população uma sensação de dívida com os políticos da vez.

2.2 Política de habitação em desenvolvimento

A Política de Habitação de Interesse Social estava estagnada em Rio Branco do Sul até o início de 2021, devido à precária estrutura administrativa para a questão habitacional no município. Além disso, não havia um levantamento preciso da demanda habitacional, bem como não haviam informações organizadas sobre a situação fundiária da maior parte do município. Muitos arquivos estavam apenas em esboços preliminares e não havia acompanhamento efetivo sobre a regularidade das construções e dos loteamentos (FAYAD, 2018).

No fim da década de 2000 houve o início da construção de um Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS), mas que não foi finalizado mesmo havendo o repasse de recurso da União para a elaboração do plano. Foi enviada documentação à Caixa Econômica Federal, mas devido as correções sugeridas não terem sido realizadas por Rio Branco do Sul, não foi possível a aderência ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), pelo fato do município não ter cumprido os critérios mínimos do programa.

Com uma mudança de gestão municipal, foi criado o Departamento de Habitação (DEHAB) em 2021, incluído junto aos equipamentos de assistência social, na atual Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação (SMASH). O PLHIS foi retomado apenas em 2022 pelo DEHAB, e está em andamento concomitantemente à revisão do Plano Diretor Municipal - ambos sendo realizados por equipe técnica municipal. Está em etapa de diagnóstico com mapeamento em campo e oficinas comunitárias. Ressalta-se que foi necessário criar as bases para o diagnóstico, pois o município contava apenas com dados de instituições federais, e muitas informações estavam defasadas e se sobrepujam.

Mesmo com um esforço de levantamento de dados, o município não dispõe de orçamento para manter uma equipe destinada apenas ao PLHIS ou à ATHIS. Atualmente os poucos servidores do departamento assumem essas diferentes frentes de trabalho associadas às diversas demandas sociais e habitacionais da população. A questão financeira também é um entrave, pois o DEHAB funciona atualmente com recursos livres - verbas que sempre estão em disputa dentro da Prefeitura - já que é um departamento recém criado, não possui arrecadação, nem repasse de recursos da União. Em 2021, o Fundo Municipal de Habitação contava com 0,11% dos recursos do município, representando R\$ 162.000,00. Em 2022, este valor subiu para R\$1.213.000,00, correspondente a 0,64%.

Em 2021, foi criada a Lei Municipal Nº 1.250/2021 que estabelece diretrizes para a política de habitação, bem como cria os benefícios: Aluguel Social, Kit Moradia e ATHIS. A ideia central era possibilitar atendimento básico e registrar as demandas da população, enquanto não se consolidavam formas mais efetivas de atendimento habitacional. Cabe ressaltar que as casas nos assentamentos precários de Rio Branco do Sul são comumente de estruturas de madeiras, com parte das tábuas podres devido a umidade, infestadas de cupim e madeiras reaproveitadas.

O Aluguel Social é destinado às famílias que residem em áreas de risco ambiental ou em que a construção apresenta risco edílico, mulheres em situação de violência e para jovens desacolhidos da casa lar. O benefício tem valor de até meio salário mínimo nacional e prazo máximo de 6 meses, prorrogável por mais 6 meses, ou até que a prefeitura apresente uma forma de moradia definitiva, sendo que neste período a família é acompanhada para auxiliar na situação de vulnerabilidade.

O Kit Moradia é composto por um conjunto de materiais de construção suficientes para construir uma residência de até 15m² com banheiro, com flexibilidade para que a família possa usar o material de outras formas, como reformas ou ampliações. Para além do Kit, o DEHAB atualmente dispõe de materiais de construção pontual para pequenas melhorias habitacionais. Na lei, a ATHIS

não se limita a isso, incluindo também o serviço de regularização fundiária e edificação, produção de moradia e assessoria para cooperativas de habitação. Na prática, devido a estrutura e orçamento reduzidos do departamento, ainda não foi aplicada de forma ampla. No exercício de 2022, 67% do orçamento do DEHAB foi destinado à ATHIS, se destinando à compra de materiais de construção para as famílias e os Kits Moradia.

Na prática cotidiana do departamento de habitação, os materiais de construção e o Kit Moradia tomaram uma proporção maior do que o planejado quando a lei foi criada. Além dos entraves do baixo orçamento disponível, houve dificuldade na questão fundiária, já que o município possui a maior parte de seus loteamentos como clandestinos ou irregulares (FAYAD, 2018), e poucos terrenos públicos disponíveis frente à demanda de HIS e equipamentos.

Ao final de 2020, na antiga gestão, foi firmado um convênio entre a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) e a Prefeitura Municipal, para a concessão de R\$ 250.000,00 para Melhorias Sanitárias Domiciliares. Contemplam a construção de banheiro, caixa d'água, tratamento de esgoto (fossa séptica e sumidouro), pia, tanque, e filtro de água potável. Em paralelo, as famílias também serão contempladas com reformas de banheiro e melhorias habitacionais, por meio da verba do DEHAB, do recurso destinado à ATHIS, com itens que variam de acordo com a demanda de cada família.

Devido a alta demanda de diagnóstico, mapeamento e atendimento de uma nova política pública voltada à habitação, o projeto ficou estagnado. Começou por meio da Secretaria Municipal de Saúde, e a responsabilidade pelo projeto não foi bem definida no início, dividida entre o DEHAB e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. Apenas em 2021 que o convênio foi retomado, com frente organizada pelo DEHAB, e ainda assim, seu desenvolvimento ocorreu de forma morosa devido a falta de técnicos para os levantamentos e elaboração dos projetos.

Em 2021, a partir de uma busca ativa no território, as famílias foram definidas pelo DEHAB e pelas agentes comunitárias de saúde. Como critério de inclusão, foram consideradas famílias inseridas no Cadastro Único e que declararam não possuir banheiro e ainda, conforme priorização de atendimento, foi definido o bairro Santaria como local prioritário de intervenção. No total, foram definidas 15 famílias que estavam em situação de vulnerabilidade.

Como neste período ainda havia poucos técnicos disponíveis, e uma diversidade de demandas do departamento, o convênio foi pausado e retomado apenas a partir de maio de 2022. Neste momento, houve novas contratações e também a parceria da UTFPR por meio do projeto de extensão para, finalmente, elaborar os projetos exigidos pelo órgão financiador. Cabe destacar que a data final para envio do projeto e das documentações à FUNASA será dezembro de 2022. Sem o cumprimento deste prazo, o convênio se encerraria e o município poderia perder os recursos inicialmente propostos.

Esta situação demonstra a urgência para o desenvolvimento do projeto. E além disso, o valor da construção civil aumentou significativamente desde o início do convênio. Apenas em 2021, o Índice Nacional de Custo de Construção subiu 13,46% (CBIC, 2021). Situações de instabilidade política e econômica podem se configurar como ameaça à concretização da política pública. Neste caso, impactou em um menor número de famílias atendidas por meio do recurso da FUNASA.

Um ponto a se destacar nesta lei, é o interesse da prefeitura em trabalhar com a ATHIS. Geralmente, ela é alvo de ONGs, instituições sem fins lucrativos, de conselho de classe ou mesmo de empresas privadas. Neste caso, parte do setor público trabalhar com a ATHIS de forma interna e também em buscar parcerias para sua concretização.

3. ATHIS na extensão universitária

3.1 Possibilidades de ATHIS na universidade

O grande marco referencial recente na temática deste artigo foi a promulgação da Lei de Assistência Técnica à Moradia de Interesse Social em 2008 (Lei Federal N° 11.888/2008). Inserida no contexto de garantir o direito de acesso à moradia no território nacional e do cumprimento da função social da cidade e da propriedade, esta lei tinha como objetivo assegurar assistência técnica gratuita a famílias com renda de zero até três salários mínimos a partir da elaboração de projetos e acompanhamento de obras feitas por profissionais de arquitetura e urbanismo, engenharias e outros.

Este marco regulatório foi decisivo em um contexto de elevado déficit habitacional e de grande informalidade de construções como no caso das cidades brasileiras. Segundo dados da Fundação João Pinheiro em estudos divulgados pelo Ministério de Desenvolvimento, o déficit habitacional no país aumentou no último ano (depois de um panorama de queda na última década) e atualmente encontra-se na faixa das 5,8 milhões de moradias (FJP, 2021). Este dado bruto ainda pode ser considerado conservador, e não abrange as complexas situações de vulnerabilidade socioterritorial e segregação espacial presentes em quase todas as cidades do país e que impede que boa parte da população tenha acesso aos serviços urbanos básicos.

Neste contexto, a Lei de Assistência Técnica se insere como forma de combate à questão habitacional atuando diretamente na assistência de profissionais à autoconstrução, fenômeno mais comum na produção de espaço urbano no Brasil. Desta forma, arquitetos, engenheiros e outros profissionais poderiam atuar diretamente com projetos de edificações, reformas, ampliações, adaptações e regularização fundiária nos contextos de maior vulnerabilidade socioeconômica (DUDA; FURLAN, 2018).

No entanto, apenas um ano depois foi criado o programa habitacional Minha Casa Minha Vida (MCMV), que passou a concentrar todas as atenções e recursos destinados à política habitacional do país. O MCMV reforçou uma tendência histórica na abordagem da questão habitacional que privilegia a construção de novas unidades habitacionais e tecidos urbanos - e que, portanto, privilegia o setor econômico da construção civil - em detrimento de esforços na reurbanização e melhorias de partes já existentes da cidade. Desde então o reassentamento passou a ser um processo muito mais recorrente do que a reurbanização, processos no qual a ATHIS teria um papel determinante (DUDA; FURLAN, 2018).

As universidades têm-se constituído como núcleo de discussões e fomento à ATHIS. Como apontam Bienestein *et al.* (2017), especialmente os cursos de arquitetura e urbanismo articulam-se na assessoria técnica ao processo de ATHIS, que vem se constituindo em um dos temas em que melhor se articulam o tripé universitário ensino, pesquisa e extensão, e que colocam importantes reflexões à prática de estudantes que historicamente associavam arquitetura à um artigo de luxo (BIENESTEIN *et al.* 2017). Diversas universidades, por meio de projetos de extensão ou da atuação de seus escritórios-modelo, tem criado parcerias com órgãos públicos e prefeituras a fim de realizar assessoria à ATHIS, onde se atua diretamente sobre situações-problema dos contextos socioeconômicos das cidades e regiões onde os cursos universitários estão inseridos.

Para discorrer sobre o tema de ATHIS, é preciso entender também a discussão histórica que ocorre acerca da utilização dos termos *assistência* ou *assessoria* técnica. Enquanto de um lado, a assistência técnica possui origem e legitimação institucional, sobretudo em texto de lei, a assessoria técnica advém de um longo processo de luta por moradia digna, protagonizado por movimentos sociais. Por conta dessas origens distintas, os profissionais atuantes em ações de assessoria técnica anteriores à criação da Lei n° 11.888 argumentam que o termo *assistência* denota uma visão assistencialista pejorativa, colocando os beneficiários como sujeitos passivos das iniciativas, sem que haja tomada de decisão ou mesmo liberdade de escolha por parte dessas pessoas. No entanto, o termo *assessoria* iria contra essa relação de dominação entre os envolvidos nas ações de ATHIS, tomando os assessorados como agentes dotados de autonomia e protagonismo (CARDOSO; LOPES, 2022).

Além disso, enquanto as propostas de projetos de *assistência* técnica têm múltiplas fontes de apoio financeiro como o CAU, ministérios governamentais e prefeituras, os números de projetos executados ainda são baixos. Cardoso e Lopes (2022) relatam dados do Ministério do Desenvolvimento Regional de 2019, evidenciando que naquele ano foram gastos R\$ 89,33 milhões no financiamento de 978 propostas de ATHIS, mas somente 18% delas foram concluídas. No entanto, historicamente, iniciativas de *assessoria* técnica costumam ser realizadas em sua totalidade, mesmo que através da autoconstrução por parte dos assessorados, como no caso das cooperativas uruguaias (SANTO AMORE, 2016). Dessa forma, os contrastes dos termos vão além da noção etimológica, atingindo também as atuações profissionais. Para o presente artigo, respeitando-se as singularidades de cada termo, será adotada a expressão *assistência técnica* — sobretudo por conta do texto da lei federal de ATHIS e pelo suporte orçamentário de entidades públicas —, com a ressalva de que ao usá-la há também a inclusão da perspectiva da *assessoria técnica* de participação ativa dos beneficiários nas resoluções dos projetos.

3.2 Extensão universitária na UTFPR

A extensão no curso de Arquitetura e Urbanismo na área de Habitação de Interesse Social vem acontecendo desde 2013 com a aprovação em edital do Ministério das Cidades/Ministério da Educação nos projetos do ProEXT: (i) “MORADIA e MEIO AMBIENTE: a construção do diálogo na urbanização do assentamento Ilha⁴”; (ii) ARQUITETURA NA COMUNIDADE: Projeto de Reabilitação Urbana da Vila Nova Esperança⁵. Neste momento, havia recursos e apoio institucional por parte do MEC, apontando o desafio de consolidar a extensão como possibilidade de ampliar a relação com as comunidades e os recursos federais para fortalecer a indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão (FNA, 2021)⁶.

Na análise destes dois projetos (PRESTES *et al.*, 2014), já se constatou a diferença de tempos entre a prefeitura, universidade e a comunidade. Enquanto o projeto de extensão segue um calendário acadêmico, com entregas de trabalho, férias e provas, a prefeitura tem um calendário contínuo de trabalho. E ainda, as demandas da população em situação de vulnerabilidade social são urgentes. Conforme Prestes *et al.* (2014), adaptar as agendas e manter o ritmo de trabalho é um desafio essencial nesta temática.

Na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), a extensão sofreu algumas descontinuidades ao longo do tempo, ligadas a impossibilidade de orientação dos professores e a excessiva carga horária em atividades de ensino. No entanto, a demanda por orientação no escritório modelo de Arquitetura e Urbanismo (EMAU)⁷ e o pedido da comunidade externa para o desenvolvimento de ATHIS sempre existiu, isto é, os alunos disponíveis para o trabalho e comunidades e prefeituras demandando ações de parceria institucional para o desenvolvimento de atividades técnicas na área de Planejamento Urbano e Regional.

⁴ “As atividades de extensão estão dirigidas para o desenvolvimento dos estudos e projetos técnicos necessários ao encaminhamento da regularização fundiária da área denominada pelos moradores como “Ilha”, situado em Almirante Tamandaré, Região Metropolitana de Curitiba, onde residem cerca de 25 famílias há 35 anos, muitas delas trabalhando como catadores de materiais recicláveis” (PRESTES *et al.*, 2014, p. 5).

⁵ Tem a “[...] finalidade de aprofundar o conhecimento sobre o assentamento, moradias, condições sanitárias, de segurança, de habitabilidade, expectativas e desejos dos moradores e outros elementos que subsidiarão as propostas urbanísticas. A extensão prosseguiu ampliando o espaço de participação da comunidade no projeto mobilizando estudantes do ensino médio moradores da Vila na aplicação de questionários, com a colaboração de professores do colégio vizinho à área” (PRESTES *et al.*, 2014, p. 5).

⁶ Informação verbal, proferida pelo professor doutor Caio Santo Amore (USP) em seminário *online* transmitido pela plataforma YouTube.

⁷ Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo - Coletivo de Atividades de Interesse Social. Destaca-se a importância do SISU na diversificação dos estudantes em Arquitetura e Urbanismo e na pressão dos alunos por experiências e projetos mais populares, adequados à realidade social.

Em 2008, com a normatização da ATHIS por meio de lei federal, despertou o interesse da comunidade acadêmica em trabalhar com ATHIS gratuita nos cursos de Arquitetura e Urbanismo. Já em 2018, a resolução MEC/CNE N° 7/2018 - que instituiu a obrigatoriedade do cumprimento de, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular, em atividades acadêmicas de extensão (AAEs) - e a revisão do Projeto Pedagógico do Curso de Arquitetura e Urbanismo também foram fatores que incentivaram a retomar as atividades inicialmente propostas, de projetos de extensão na área de Habitação de Interesse Social.

Em 2022, foi aprovado um novo projeto de extensão: “Projeto de Melhorias Habitacionais e Assistência Técnica: PROJ-HAB” com o objetivo central de pensar como a ATHIS poderia acontecer enquanto política pública em um município com poucos profissionais se comparado à demanda.

4. Extensão universitária e ATHIS em 2022: o projeto de Melhorias Habitacionais e Assistência Técnica

O projeto surgiu, inicialmente, de uma vontade conjunta entre os três agentes envolvidos; de um lado a vontade de dar continuidade aos projetos de extensão na área habitacional no curso de Arquitetura e Urbanismo da UTFPR, de outro do EMAU, enquanto escritório modelo dos estudantes, em trabalhar na prática com comunidades e, por fim, de uma demanda emergencial dos técnicos da Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul em elaborar projetos de Melhorias Sanitárias Domiciliares, a fim de não perder os recursos disponibilizados pela FUNASA.

Para a Universidade, um dos objetivos do projeto de extensão é colaborar com a equipe técnica local do Departamento de Habitação (DEHAB) da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação (SMASH) na assessoria técnica de projetos de melhoria habitacional em casas em situação de vulnerabilidade social, previamente selecionadas pela Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul (PMRBS). Ao mesmo tempo, de forma mais ampla, pretende-se discutir como um Município, de pequeno porte e com altos índices de vulnerabilidade social, características de Rio Branco do Sul, podem construir uma política mais efetiva de ATHIS em seu território.

O projeto está em andamento atualmente, sendo que em 2022 ocorreu baseado em duas etapas: (i) projeto arquitetônico e hidráulico de melhorias habitacionais e sanitárias - com foco no projeto da FUNASA; e, (ii) projeto de melhorias habitacionais por meio da concessão do Kit Moradia e de insumos de materiais de construção.

Na primeira etapa, a extensão contou com a participação de 17 alunos, sendo 15 do curso de Arquitetura e Urbanismo, do primeiro ao oitavo período, 1 aluna de mestrado em Engenharia Civil, e 1 aluna de intercâmbio da Finlândia. Além disso, houve envolvimento dos professores do curso de Arquitetura e Urbanismo e a participação pontual para tratar da hidráulica de um professor do curso de Engenharia Civil.

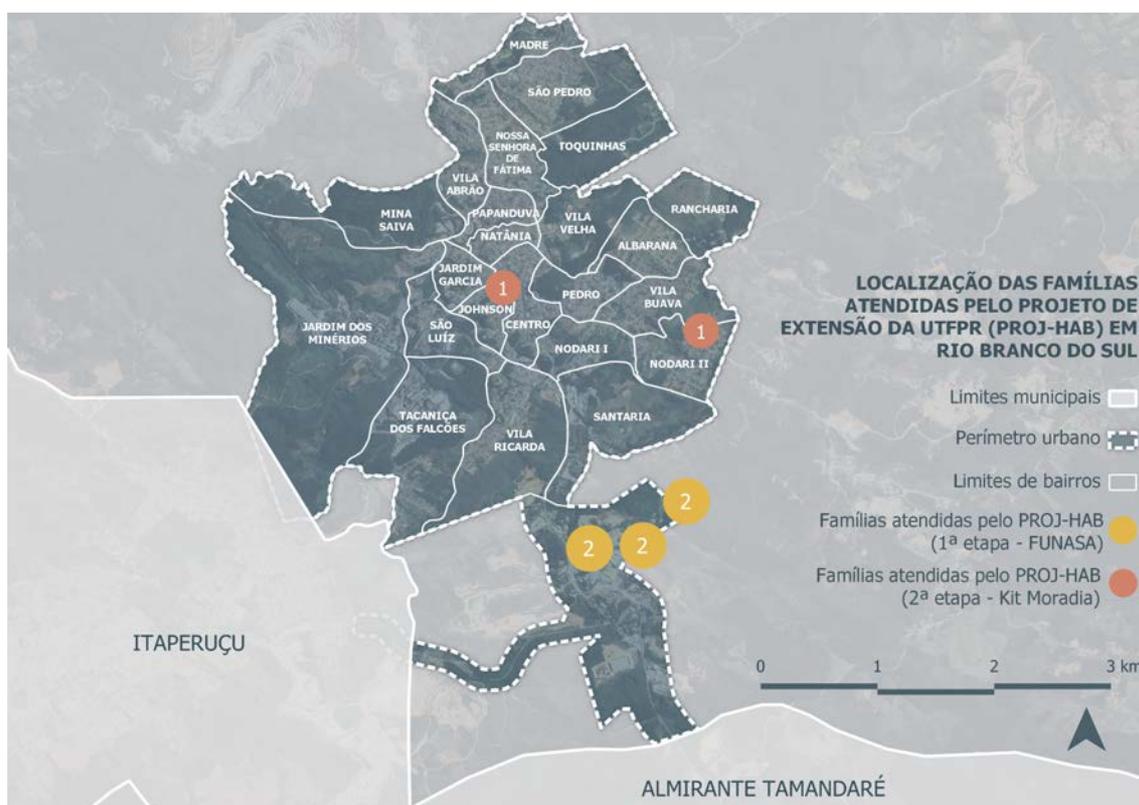


Figura 02. (i) Localização das famílias atendidas pelo projeto de extensão da UTFPR (PROJ-HAB) em Rio Branco do Sul. (fonte: elaborada pelos autores, com base em Rio Branco do Sul (2022)).

Nesta etapa, o PROJ-HAB iniciou com o foco em melhorias habitacionais e sanitárias de 6 famílias das 15 famílias pré-selecionadas pelo DEHAB. Entretanto, devido ao orçamento ao final da fase de projeto, ficou definido que o recurso da FUNASA contemplaria 13 famílias, e o DEHAB se responsabilizou pelas demais com dotação destinada à ATHIS. A Figura 02 espacializa as áreas de atuação do projeto PROJ-HAB no município.

A primeira visita técnica do grupo extensionista ao município aconteceu ao final de maio, com o acompanhamento técnico da Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul. A princípio, foi realizada uma contextualização para com os estudantes voluntários sobre a definição de ATHIS, a situação habitacional atual do município e as atribuições que o projeto implicaria, e os prazos que deveriam ser cumpridos. Após a aclimação, seguiu-se para a visita às regiões abordadas pelo projeto (Figura 03).



Figura 03. Foto tirada na primeira visita técnica do grupo extensionista a Rio Branco Branco do Sul (fonte: elaborada pelos autores).

Durante a visita às residências que seriam reformadas, foi consenso entre os estudantes o choque de realidade decorrente da situação precária encontrada. Não se imaginava que tão perto de Curitiba existiam municípios com indicadores socioeconômicos semelhantes às regiões mais pobres do Brasil. Além disso, assim como colocado por Bienestein *et al.* (2017), o contraste das condições habitacionais encontradas na visita *in loco* se comparado com o programa de necessidades previsto no ensino da prática projetual das disciplinas de Projeto Arquitetônico do curso — em que os alunos geralmente devem intervir em terrenos milionários, concebendo projetos de alto padrão — acentuou o impacto da visita.

Neste momento, foram pactuadas as demandas a serem realizadas pelo grupo extensionista, como as responsabilidades de cada grupo bem como da prefeitura, como o sigilo dos dados e das fotos, prazos e materiais a serem entregues. Nesta etapa, as atividades apresentadas foram: (i) Identificação do Território; (ii) Levantamento arquitetônico e do programa de necessidades; (iii) Adequação das soluções à realidade; (iv) Execução; e, (v) Acompanhamento e avaliação.

A ação de extensão atuou de forma mais efetiva na atividade de adequação dos projetos à realidade encontrada, englobando o projeto de reforma/construção de banheiro e de melhorias habitacionais, considerando o baixo orçamento disponível; também foram elaborados o projeto hidráulico e quantitativo da obra para dar suporte aos orçamentos. Em especial na reforma das residências, a recomendação dos técnicos da prefeitura foi no sentido de fazer pequenos reparos que visassem garantir a habitabilidade da edificação. Com isso, foi necessário o conhecimento sobre a qualidade edilícia, espacial, noções de instalações hidráulicas e produção de quantitativos.

As demais visitas técnicas ocorreram durante o processo de elaboração dos projetos de reforma, que se iniciaram ainda no mês de maio e foram concluídos em meados de agosto. Durante esse processo, o principal desafio apontado pelos alunos foi o cumprimento dos prazos estabelecidos, sendo esses demasiadamente curtos por conta do período limite para uso dos recursos financeiros da FUNASA. Além disso, os extensionistas tiveram dificuldades na concepção dos projetos hidrossanitários, sobretudo porque a maioria ainda não tinha cursado ainda a disciplina de

Instalações Hidrossanitárias da matriz curricular. Ressalta-se que todo projeto desenvolvido pela extensão teve acompanhamento de arquiteta da prefeitura para conferência e ajustes.

Vencidos esses empecilhos, foram elaborados projetos não só de construção de unidades sanitárias e de tratamento primário de esgoto doméstico (nesse caso, fossas sépticas com sumidouros), mas também de melhorias na vedação das residências com o uso de mata-juntas e a substituição e/ou instalação de esquadrias. Como entrega final, foi produzida uma planilha de quantitativo dos insumos necessários, além dos fornecidos pela FUNASA, para a execução dos projetos arquitetônicos, englobando desde os preparativos preliminares com o terreno até a pintura de paredes. As documentações finais foram revisadas, editadas e organizadas pelos técnicos da prefeitura. No momento, o projeto da FUNASA foi aprovado pela instituição, e será aberta a licitação no início de 2023, com previsão de início da obra em maio do mesmo ano.

Após a entrega dos projetos relativos à FUNASA, o projeto seguiu no segundo semestre de 2022 com a segunda etapa de melhorias habitacionais por meio do Kit Moradia. Parte dos alunos precisaram sair da extensão, devido a compromissos de estágio e demandas das disciplinas, que se intensificaram conforme avanço no curso. Sendo assim, 7 estudantes permaneceram nesta segunda etapa.

Neste momento, a extensão esteve ligada com o levantamento e desenvolvimento do projeto arquitetônico de duas casas que estavam definidas para receber o benefício do Kit Moradia, com pequenas complementações de insumos de materiais de construção. Outra mudança foi o fato dos projetos serem desenvolvidos em sequência, diferentemente do desenvolvimento paralelo da primeira fase. Por conta dessa mudança e pela ausência da divisão em grupos, houve uma certa dificuldade de organização e partilha das atribuições da extensão entre os alunos, o que levou a uma sobrecarga dos extensionistas mais experientes, que assumiram a maior parte das responsabilidades para que as atividades fossem concluídas dentro dos prazos estipulados.

Nessa segunda etapa — que aconteceu entre agosto e novembro — os projetos consistiram, sobretudo, na substituição da vedação de madeira e na reforma dos telhados das residências, demandas principais observadas no levantamento técnico feito pelo grupo extensionista na visita à Rio Branco do Sul no final de setembro, acompanhados de arquiteta e urbanista da prefeitura. A previsão de construção de ambos os Kits estão previstos para o início de 2023.

O principal obstáculo encontrado nessa etapa foi a elaboração da estrutura de madeira dos telhados, bem como a quantificação das telhas de fibrocimento presentes no Kit Moradia. Para superar essas questões, os extensionistas fizeram oficinas de estruturas de telhados com uma das professoras colaboradoras do PROJ-HAB, cuja especialização é voltada ao manejo da madeira na arquitetura.

De fato, a oportunidade de ter oficinas com professores especialistas — o que também ocorreu na primeira etapa da extensão, em que os alunos puderam assistir a uma oficina sobre instalações hidrossanitárias com um professor do Departamento de Construção Civil da UTFPR — foi um dos grandes benefícios do projeto para os estudantes. Aliado a isso, as experiências práticas *in loco* e a concepção de projetos arquitetônicos reais, para pessoas reais, foram grandes acréscimos ao repertório técnico e profissional dos estudantes. Os prazos curtos de entrega, a limitação orçamentária, as condições precárias pré-existentes e os demais empecilhos transpostos trouxeram um aprendizado que, fora do cenário do PROJ-HAB, dificilmente seria obtido pelos extensionistas.

Além disso, o projeto enfatizou a importância de arquitetos e urbanistas em formação terem contato com uma realidade de precariedade habitacional para que não atuem, no futuro, de modo alheio às reivindicações e carências das parcelas mais vulneráveis da população. Enquanto discentes de uma universidade pública, em especial, foi enfatizada a importância da extensão universitária como meio dos alunos auxiliarem a comunidade, utilizando-se dos conhecimentos

técnicos obtidos na graduação. Particularmente no caso do PROJ-HAB, houve também uma divulgação espontânea dos extensionistas para os colegas sobre a lei de ATHIS, seu funcionamento e as atividades exercidas através dela, fomentando debates em sala sobre o papel social do arquiteto e o viés elitista das intervenções sugeridas nas disciplinas de Projeto Arquitetônico da matriz curricular. Alguns debates sobre os temas mais amplos como assessoria, assistência técnica, experiências no Brasil, foram inicialmente propostas, mas devido a disponibilidade, definiu-se que seriam realizadas em 2023.

5. Os desafios e potencialidades na parceria universidade e prefeitura

A extensão universitária em 2022 atuou de forma mais pontual nas demandas emergenciais solicitadas pela prefeitura, mas não perdeu o horizonte de ações mais amplas visando a manutenção de estratégias permanentes, de uma política pública de ATHIS na Prefeitura de Rio Branco do Sul. Representou uma experiência que abre caminhos para a consolidação de novas atividades. As demandas habitacionais vão além dos projetos desenvolvidos na extensão, atingindo várias camadas de precariedade, relacionadas à infraestrutura urbana, aos baixos salários e à geração de emprego e renda. As atividades de extensão impulsionam a prefeitura a pensar novas ações que contemplem o coletivo e intervenções que venham a melhorar essa situação.

Este projeto de extensão não contou com recursos para sua execução. Os alunos participaram de forma voluntária e as atividades foram custeadas com a colaboração do Departamento de Arquitetura e Urbanismo (DEAAU/UTFPR). Apesar da distância, foram realizadas 3 (três) visitas de campo durante todo o semestre, o que é pouco para um projeto de extensão que se propõe fazer um trabalho comunitário com uma aproximação maior entre os técnicos do Departamento de Habitação (DEHAB), estudantes, professores e a população. A maior parte das conversas entre universidade e prefeitura foram realizadas de forma remota, por *softwares* de videochamadas e de conversas em grupos.

Entre o grupo de extensionistas, havia o espaço físico do Laboratório de Urbanismo e Paisagismo (LUPA) para desenvolvimento das atividades. Outras visitas poderão ser viabilizadas no futuro, mas a falta de recursos e voluntarismo fragilizam as ações implementadas. Espera-se, na continuidade da ação, viabilizar novas práticas e parcerias que venham a colaborar a suprir essas deficiências. E assim, contribuir para a transformação de uma realidade de segregação (SOARES, 2011).

A atual gestão municipal em conjunto com os técnicos da Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul sempre consideraram importante o envolvimento da universidade em ações de extensão como uma estratégia de colaborar nas demandas e projetos. O prazo curto para o desenvolvimento dos projetos inviabilizaria a ação internamente e a prefeitura poderia perder os recursos de execução das melhorias relacionadas à FUNASA. Dentro da gestão é visto com bons olhos, assim como há vontade de trabalho em conjunto por parte dos técnicos do DEHAB. Somado a isso, as ações de ATHIS que partem da prefeitura auxiliam no alinhamento de expectativas entre o setor público e o grupo de extensão.

Além da UTFPR, há outros grupos universitários trabalhando em parceria com o município. A Universidade Federal do Paraná (UFPR), por meio do curso de Arquitetura e Urbanismo, trabalha com outra localidade da cidade, na região de Madre-Pinheiros, em disciplinas voltadas ao urbanismo, e através do projeto de extensão Formas de Habitar. Em 2023 estão previstas parcerias com cooperativas e o conselho de classe CAU. Frente a escassez de recursos financeiros e humanos de um município pequeno, a prefeitura tem buscado articulação com instituições e financiamento em torno da temática de ATHIS.

Assim como relatado por Prestes et al (2014), o tempo do trabalho desenvolvido pela prefeitura é diferente da universidade e das famílias que receberão os benefícios. Ainda, no caso de financiamento externo da FUNASA, existiam os prazos definidos pelo convênio. Desta forma, ao

mesmo tempo em que a prefeitura tem a morosidade das burocracias, havia a urgência de finalizar o projeto para não perder o recurso financeiro. O grupo extensionista conseguiu finalizar os projetos arquitetônicos e hidráulicos em meados de agosto, enquanto o projeto foi enviado no início de dezembro.

As pausas realizadas pelo grupo, em momento de férias e entregas de trabalho finais, não interferiram no andamento do projeto, uma vez que coincidiu com o período de correções e organizações burocráticas da prefeitura. E ainda, conseguindo complementar, ao final do ano, com os projetos de ATHIS por meio de outro benefício instituído pela lei municipal, o "Kit Moradia".

Vale ressaltar que este tempo é diferente das demandas da população. As famílias que receberão o benefício estão há anos vivendo em condições precárias - em muitos casos com risco construtivos. Não possuem o básico, como um banheiro funcional, construção com forro e segurança de ventos e chuvas. Pelo contrário, as casas são auto produzidas e improvisadas. Muitos barracos/ casas de madeira, com tábuas podres, janelas improvisadas, sem estrutura segura ou mata-junta nas frestas. Assim, as demandas são emergenciais e nem sempre o poder público consegue atender de forma emergencial. As famílias constroem soluções temporárias com o escasso recurso disponível.

Para a Universidade existe o desafio dos cursos cumprirem a obrigatoriedade do MEC dos 10% em Atividades Acadêmicas de Extensão (AAEs). Na nova matriz curricular do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UTFPR, aprovada em dezembro de 2022, essas atividades correspondem a 420 horas adicionais de atividades. O novo Projeto Pedagógico do Curso (PPC) prevê desenvolver o chamado "Ateliê Vertical". Ele consiste em um ateliê coletivo de projetos e ações de extensão, que acontecerá semanalmente, buscando a integração de professores e estudantes de diversos períodos. Prevê também a atuação conjunta de laboratórios de pesquisa, escritório modelo, centro acadêmico, alunos e professores. Essa integração permite o compartilhamento de experiências fomentando e ampliando a troca de conhecimento entre as múltiplas iniciativas extensionistas, em andamento no curso. A creditação será operacionalizada pelo professor responsável das atividades de extensão (PRAExt) que analisa a documentação comprobatória da realização de AAEs dos discentes, registrando-a no sistema acadêmico da UTFPR. No entanto, o desafio maior será em cumprir essa carga horária, sem novos recursos, professores ou equipamentos adequados.

Para isso, as contribuições de Imperatore *et al.* (2015, p. 1) quando falam de "curricularizar a extensão ou extensionalizar o currículo" são importantes para enfatizar a ideia de "[...] reconhecimento da extensão como função acadêmica integrada ao currículo", incorporando essas experiências como parte das demandas acadêmicas, enfatizando a noção de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Diferente das experiências de São Paulo, que possui uma plataforma colaborativa⁸ para articular os eventos, grupos, experiências, práticas e entidades, no caso do Paraná, os grupos de extensão universitária e entidades profissionais em Assessoria Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS) ainda trabalham de forma fragmentada, sem uma articulação conjunta entre as instituições. O mapeamento coletivo destas ações e projetos em ATHIS poderá colaborar no fortalecimento individual e coletivo das experiências e práticas.

O trabalho de extensão universitária e as trocas entre Universidade e Prefeitura Municipal, neste caso, auxiliaram os alunos a formar uma consciência de um trabalho socialmente comprometido. E ainda, colaborou com demandas concretas da execução da política pública de habitação, em uma Prefeitura em que as demandas são emergenciais. Assim como Soares (2011) coloca, há importância no envolvimento da extensão com a criação, prática e avaliação da política pública. E

⁸ Plataforma colaborativa *online* - <https://www.athis.org.br/>.

ainda, ao focar na atuação em campo, há uma troca de saberes entre a universidade, prefeitura e as famílias que estão recebendo os benefícios da ATHIS.

6. Considerações finais

O projeto de extensão não é assessoria técnica, nem assistencialismo, mas pretende ser uma ação de longo prazo, transformadora da realidade e uma disputa pelo caráter do curso de Arquitetura e Urbanismo na UTFPR. Como apontado na experiência, atualmente o currículo abrange disciplinas projetuais que por vezes não guardam relação com as demandas sociais. Temas como políticas públicas de habitação de interesse social, técnicas vernaculares de construção, uso da madeira, tecnologias sociais são desprezados como essenciais num currículo que tem se mostrado elitizado nos exercícios projetuais e nos programas de necessidades solicitados.

Cabe à universidade refletir como o ambiente acadêmico pode tratar esse tema de forma mais estrutural, não apenas com trabalhos voluntários e com pouca infraestrutura, mas admitindo a assistência técnica como opção de carreira profissional para os egressos da universidade. Internamente a extensão requer uma burocracia para a institucionalização dos projetos e para conduzir as experiências. Por vezes, isso causa desânimo aos professores.

Criar procedimentos para facilitar essa institucionalização, bem como disputar a concepção dos temas, popularizar a universidade e os currículos na formação do egresso e na construção de uma cidade mais justa é uma pauta importante, ainda mais se a assistência técnica se efetivar como um programa de extensão permanente dentro do curso. Ações pontuais são bem vindas, desde que contribuam para a construção de uma política de curso, de problematização do currículo, de construção de ações mais estruturais e amplas, com apoio aos professores executores.

A universidade já tem uma aproximação com a sociedade nos projetos e programas de extensão atualmente elaborados. A obrigação do MEC ao institucionalizar que os cursos trabalhem 10% de seu currículo em atividades de extensão pode cair no descrédito e saturação, se não houver o cuidado na geração de expectativas e ou condições materiais para viabilizar projetos de extensão consistentes.

O interesse das comunidades tende a se dissipar, ao não vislumbrar os efeitos mais efetivos associados ao trabalho extensionista. No caso de ações em assentamentos precários, soma-se a diversas camadas de precariedades, urgências não resolvidas e promessas infundadas por parte dos grupos políticos que momentaneamente ocupam esferas do poder municipal. Nestes casos, há necessidade de um cuidado maior em relação a promessas de efetivação do trabalho, ou mesmo, das relações sociais formadas com os participantes que muitas vezes são interrompidas pelo calendário acadêmico ou pela falta de recursos, quebrando vínculos afetivos e efetivos. O compromisso na extensão vai além do trabalho acadêmico, precisam ser estabelecidos vínculos de confiança mais permanentes e sólidos que passam pela função social da Universidade Pública.

Por parte do Município, a articulação com a universidade e outras entidades - como o Conselho de Arquitetura e Urbanismo - e a participação em editais específicos poderá colaborar no sentido de criar o ambiente propício com as condições necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos. Este projeto de extensão se efetivou, em grande medida, porque as profissionais técnicas da Prefeitura de Rio Branco do Sul foram solícitas e acreditaram no potencial dos alunos e da Universidade, mostrando uma parceria muito próxima e integrada.

Vale ressaltar que desde o início havia um alinhamento sobre as atividades a serem elaboradas pelo grupo extensionista, bem como o acompanhamento da prefeitura, orçamento disponível e prazos. Assim como, o horizonte de uma discussão mais ampla sobre ATHIS, para além dos projetos emergenciais.

Os problemas habitacionais decorrem de uma urbanização com baixos salários e ainda de um mercado imobiliário especulativo e excludente. Dotar a população de condições mínimas de

habitabilidade, segurança hídrica e moradia digna é um dos objetivos fundamentais para garantir a cidade de todos.

7. Referências

ARRUDA, Josias Reis de. **Extensão Universitária na Universidade Federal de Viçosa (UFV): trajetória, avanços e desafios a partir da instituição do PROEXT**. Dissertação (*Magister Scientiae*) – Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 2018.

BIENENSTEIN, Regina; BIENENSTEIN, Glauco; FREIRE, Eloisa Helena Barcelos; SOUSA, Daniel Mendes Mesquita de.. “Extensão universitária na luta pelo direito à moradia e à cidade”. **Anais ENANPUR**. São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, Vol. 17, N. 1, 2017.

BRASIL. Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008. Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei no 11.124, de 16 de junho de 2005. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p.2, 26 de dezembro de 2008.

CBIC – CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO. “**Aumento persistente no custo da construção é principal marca de 2021, diz CBIC**”. Brasília, 13 de dez. de 2021. Disponível em: <[CARDOSO, Fernanda Simon; LOPES, João Marcos de Almeida. “Assessoria e Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social: do discurso à construção da prática profissional”. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Vol. 24, N. 1, 2022.](https://cbic.org.br/aumento-persistente-no-custo-da-construcao-e-principal-marca-de-2021-diz-cbic/#:~:text=Bras%C3%ADlia%2C%2013%2F12%2F21,)%20subiu%2013%2C46%25.>. Acesso em: 20 dez. 2022.</p>
</div>
<div data-bbox=)

COMEC – COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA. **Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba**: propostas de ordenamento territorial e novo arranjo institucional. Curitiba, 2006, p. 51-52.

FAYAD, Karime. **A produção da cidade informal e o parcelamento do solo urbano**: o caso de Rio Branco do Sul-PR. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2018.

FJP – FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil: 2016 - 2019**. Belo Horizonte: FJP, 2021, p. 9-10. Disponível em: <[>](http://fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2021/04/21.05_Relatorio-Deficit-Habitacional-no-Brasil-2016-2019-v2.0.pdf). Acesso em: 22 dez. 2022.

FNA – FEDERAÇÃO NACIONAL DOS ARQUITETOS E URBANISTAS. **ATHIS na Universidade/Extensão: caminhos trilhados e novas perspectivas**. [S.l.], YouTube, 22 de jun.

de 2021. 1 vídeo (77 min). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Lokt7FU7fe4>>. Acesso em: 20 dez. 2022.

FURLAN, Débora Luiza Schumacher; DUDA, Maria Eduarda. “Estado da Arte da Pesquisa Científica Sobre ATHIS”. **Anais ENANPUR**. Natal: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, p. 1-24, 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9662-censo-demografico-2010.html?=&t=destaques>>. Acesso em: 22 dez. 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Áreas Urbanizadas do Brasil 2019**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/redes-geograficas/15789-areas-urbanizadas.html?=&t=destaques>>. Acesso em: 22 dez. 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produto Interno Bruto dos Municípios: PIB por Município**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?t=piib-por-municipio&c=4122206>>. Acesso em: 22 dez. 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades@ | Panorama - Rio Branco do Sul**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr/rio-branco-do-sul.html>>. Acesso em: 22 dez. 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Malhas territoriais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html?=&t=acesso-ao-produto>>. Acesso em: 22 dez. 2022.

IMPERATORE, Simone Loureiro Brum; PEDDE, Valdir; IMPERATORE, Jorge Luis Ribeiro. “Curricularizar a extensão ou extensionalizar o currículo? Aportes teóricos e práticas de integração curricular da extensão ante a estratégia 12.7 do PNE”. **XV Colóquio Internacional de Gestão Universitária – CIGU**, 15, 2015, Mar del Plata, Argentina. Anais... Mar del Plata: INPEAU/UFSC, 2015.

INCROCCI, Lúgia Maria de Mendonça Chaves; ANDRADE, Thales Haddad Novaes de. “O fortalecimento da extensão no campo científico: uma análise dos editais ProExt/MEC”. **Sociedade e Estado**, v. 33, p. 187-212, 2018.

IPARDES – INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Caderno estatístico: município de Rio Branco do Sul**. [S.l.], dez. de 2022. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=83540;caderno>>. Acesso em: 22 dez. 2022.

LEAL, Paula Chagas Francis. “O Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT) no Vale Do Ribeira (PR)”. **Revista Geografar**. Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná, Vol. 6, N. 2, p. 22-42, 2011. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/geografar/article/view/18275/16950>>. Acesso em: 22 dez. 2022.

MEC – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional De Educação. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Brasília: 19 de dezembro de 2018, Seção 1, p. 49 e 50.

MEC – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **ProExt - Apresentação**. [S.l.], 2022. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12241&ativo=488&Itemid=487/191-secretarias-112877938/sesu-478593899>. Acesso em: 20 dez. 2022.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **IDHM Municípios 2010**. [S.l.], 2010. Disponível em: <<https://www.undp.org/pt/brazil/idhm-munic%C3%ADpios-2010>>. Acesso em: 22 dez. 2022.

PRESTES, Márcia Ferreira; LIMA, Paulo Rolando de; POLLI, Simone Aparecida. “A contribuição da extensão universitária para futuros projetos de urbanização em ocupações irregulares”. **Seminário Nacional de Urbanização de Favelas - UrbFavelas**. São Bernardo do Campo. ANAIS DO I SEMINÁRIO URBFANELAS, 2014.

POLLI, Simone Aparecida; BEATRIZ, Marilene Zazula; CARVALHO, Maria Luisa; CAVALIERI, Bárbara Carvalho; BEZERRA, Stella; NAKAGIRI, Mia Hiromi; CABRAL, Sandro; PEREIRA, Miguel João Dias. “Limites e Desafios da Regularização Fundiária dos moradores da Ilha em Almirante Tamandaré - Estado do Paraná”. **Seminário Nacional de Urbanização de Favelas - UrbFavelas**, São Bernardo do Campo. ANAIS DO I SEMINÁRIO URBFANELAS, 2014.

RIO BRANCO DO SUL. Lei nº 1.250, de 14 de junho de 2021. Dispõe sobre a Política Habitacional de Interesse Social no âmbito do Município de Rio Branco do Sul/PR e dá outras providências. Rio Branco do Sul: **Câmara Municipal**, 2021.

SANTO AMORE, Caio. “Assessoria e Assistência Técnica: arquitetura e comunidade na política pública de habitação de interesse social”. **Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas**, 2., 2016, Rio de Janeiro. Anais do II URBFANELAS. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.

SOARES, Laura Tavares. “CT&I, desenvolvimento social e demandas locais: o papel da extensão universitária”. **Parcerias Estratégicas**, Vol. 16, N. 32, p. 556-573, 2011.